

O Regime Militar Brasileiro – Institucionalização

Resumo

No contexto de radicalização política do governo João Goulart, onde cresciam por parte das esquerdas a demanda pelas “Reformas de Base”, foi deflagrado, no dia 31 de março de 1964, um golpe militar que tiraria João Goulart da presidência da República. O amplo apoio de setores da população civil – como os empresários, as grandes empresas e até mesmo setores da Igreja Católica – levaram os historiadores a chamarem este episódio de golpe “civil-militar”. O golpe também teve apoio do governo norte-americano, que o considerava o caminho certo para afastar uma possível “ameaça comunista” ao Brasil no contexto de Guerra Fria. É importante lembrar que Cuba acabara de passar pela sua Revolução, ampliando o temor estadunidense de que as ideias de esquerdas se espalhassem pela América.

Após o golpe, João Goulart se exilou no Uruguai e foi organizado o “Comando Supremo da Revolução”, composto por três membros: o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica), o vice-almirante Augusto Rademaker (Marinha) e o general Artur da Costa e Silva, representante do Exército. Essa junta militar baixou um “Ato Institucional” – uma invenção do governo militar que não estava prevista na Constituição de 1946 nem possuía fundamentação jurídica. Seu objetivo era justificar os atos de exceção que se seguiram. Ao longo do mês de abril de 1964 foram abertos centenas de Inquéritos Policiais-Militares (IPMs). Milhares de pessoas foram atingidas em seus direitos: parlamentares tiveram seus mandatos cassados, cidadãos tiveram seus direitos políticos suspensos e funcionários públicos civis e militares foram demitidos ou aposentados.

Após o provisório governo do “Comando Superior da Revolução”, Castelo Branco assumiu a presidência, eleito de forma indireta. O governo ao longo da ditadura ocorreu através dos Atos Institucionais. O primeiro deles foi o Ato Institucional nº 1 (AI-1), que, entre outras medidas, legitimava o golpe e concedia maior poder ao presidente. A partir do AI-1, o chefe do Executivo teria condições de apresentar emendas constitucionais ao Congresso e aprová-las por maioria simples, suspender temporariamente os direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos e decretar estado de sítio.

Ainda em 1964 foi decretado o AI-2 que suprimia as eleições diretas para presidente, concedia a Justiça militar competência para julgar civis que haviam cometido crimes contra a segurança nacional e instituiu o bipartidarismo: a Aliança Renovadora Nacional (Arena) constituía o partido do governo e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) se posicionava como oposição e sofria sob a constante ameaça de cassação.

Em 1966, o AI-3 suprimia eleições diretas para governadores dos estados e prefeitos das capitais. Nesse mesmo ano o AI-4 foi editado, convocando deputados e senadores para eleger o novo presidente e elaborar uma nova Constituição. Aprovada em janeiro de 1967, a Carta legitimou o Estado autoritário e manteve o Poder Legislativo subordinado ao Executivo.

Pouco antes de deixar o governo, Castello Branco decretou a Lei de Segurança Nacional, segundo a qual qualquer pessoa considerada desestabilizadora do regime instituído poderia ser alvo de severas punições.

O escolhido para suceder a Castello Branco foi Costa e Silva (1967-69), presidente da linha dura. O novo presidente, no entanto, teve que enfrentar a oposição dos setores civis ao regime, insatisfeitos com a permanência dos militares no poder já por quatro anos. Em 1968 movimentos estouraram por todo país, incentivados pela chamada “contracultura” norte-americana, hippies, os movimentos estudantis de Paris e a Primavera de Praga na Checoslováquia. Os próprios políticos que apoiaram e legitimaram o golpe começaram a vê-lo com outros olhos, pois suas garantias estavam limitadas.

É nesse contexto de crescimento da oposição ao regime – como movimentos emblemáticos como a Passeata dos 100 mil – que o AI-5 é editado, intensificando o poder do presidente, as intervenções federais nos estados e municípios, ampliando a perseguição política, a tortura e a censura. O AI-5 se tornou o mais violento Ato Institucional.

Manifestações Culturais

Ao longo da Ditadura Militar, as manifestações culturais foram utilizadas como instrumento de manifestação política. Logo nos primeiros anos após o golpe, o governo se utilizou de estratégias coercitivas para evitar manifestações contestatórias ao regime. Os jornais e revistas, por exemplo, foram constantemente utilizados como mecanismo de contestação e resistência ao regime.

No teatro, muitas apresentações também tinham um teor contestatório. Grupos como o Opinião, Oficina e o Arena montavam peças de questionamento as arbitrariedades da Ditadura Militar. Em 1965, por exemplo, foi encenada a peça “Liberdade, Liberdade”, de Millôr Fernandes e Flavio Rangel, que criticava o governo militar.

Os festivais de música brasileira também foram cenários importantes para atuação dos compositores, que compunham canções de protesto. Os anos 60 e 70 vivenciaram o esplendor da produção musical no Brasil. Compositores e cantores como Tom Jobim, Vinícius de Moraes, Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil trouxeram músicas de resistência à repressão militar, que então limitava as liberdades artísticas. Nesse contexto, as chamadas “canção de protesto” tinham como objetivo criticar a ditadura e reivindicar os anseios democráticos.

O Tropicalismo foi, sem dúvidas, um dos movimentos mais representativos desse período. Engajados no duplo propósito de se posicionar criticamente à Ditadura e de pensar a formação de uma identidade nacional, os tropicalistas se sobressaíram ao defenderem a importância do intercâmbio com as demais culturas do mundo. Deste modo, se por um lado se posicionavam criticamente ao “imperialismo econômico norte-americano”, por outro se utilizavam da “estrangeira” guitarra elétrica e de outras influências do Rock’n Roll.

Nesse contexto, ganha destaque o Cinema Novo, movimento que teve início nos anos de 1950 e viveu seu auge na década de 1960, com os primeiros filmes de Glauber Rocha e Ruy Guerra. O movimento defendia produções fora dos grandes estúdios, com imagens e personagens naturais. Os filmes retratavam, por exemplo, o nordeste e as favelas cariocas, temas não muitos caros ao “glamour do cinema hollywoodiano”.

Além destes, as manifestações estudantis foram expressivos meios de denúncia e reação contra a ditadura e a subordinação brasileira aos objetivos e diretrizes do capitalismo norte-americano, encontrando amplo crescimento nos anos de Regime Militar. Em 1968 uma manifestação contra a má qualidade do ensino, realizada no restaurante estudantil Calabouço, no Rio de Janeiro, foi violentamente reprimida pela polícia, resultando na morte do estudante Edson Luís Lima Souto. A reação estudantil foi imediata: no dia seguinte, o enterro do jovem estudante transformou-se em um dos maiores atos públicos contra a repressão; missas de sétimo dia foram celebradas em quase todas as capitais do país, seguidas de passeatas que reuniram milhares de pessoas.



A Passeata dos 100 mil

Exercícios

1. Na presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao chefe de governo, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil.”

(Manifesto dos ministros militares à Nação, em 29 de agosto de 1961).

Esse Manifesto revela que os militares

- a) estavam excluídos de qualquer poder no regime de democracia presidencial.
- b) eram favoráveis à manutenção do regime democrático e parlamentarista.
- c) justificavam uma possibilidade de intervenção armada em regime democrático.
- d) apoiavam a interferência externa nas questões de política interna do país.
- e) eram contrários ao regime socialista implantado pelo presidente em exercício.

2.

ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 09 DE ABRIL DE 1964

Art. 1º - São mantidas a Constituição de 1946 e as Constituições estaduais e respectivas Emendas, com as modificações constantes deste Ato.

(...)

Art. 4º - O Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais deverão ser apreciados dentro de trinta (30) dias, a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado Federal; caso contrário, serão tidos como aprovados.

(...)

Art. 10º - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.

(...)

planalto.gov.br

O Ato Institucional nº 1 foi editado logo após a deposição do presidente João Goulart, em 1964. Nele, figuraram medidas destinadas a legitimar as ações do novo governo, como indica o texto. Um dos efeitos imediatos dessas medidas, no que se refere à atuação do Poder Legislativo, foi:

- a) ampliação de atribuições decisórias
- b) restrição de incumbências tributárias
- c) convocação de eleições parlamentares
- d) perseguição de grupos oposicionistas
- e) o fortalecimento de ideais democráticas

3. “Boicote ao militarismo”, propôs o deputado federal Márcio Moreira Alves, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 2 de setembro de 1968, conclamando o povo a reagir contra a ditadura. O clima vinha tenso desde o ano anterior, com forte repressão ao movimento estudantil e à primeira greve operária do regime militar. O discurso do deputado foi a “gota d’água”. A resposta veio no dia 13 de dezembro com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI 5).

DITADURA descarada. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, ano 4, n.39, dez. 2008 (adaptado).

Considerando o contexto histórico e político descrito acima, a AI 5 significou:

- a) a restauração da democracia no Brasil na década de 60.
 - b) o fortalecimento do regime parlamentarista brasileiro durante o ano de 1968.
 - c) o enfraquecimento do poder central, ao convocar eleições no ano de 1970.
 - d) o desrespeito à Constituição vigente e aos direitos civis do país a partir de 1968.
 - e) a responsabilidade jurídica dos deputados por seus pronunciamentos a partir de 1968.
4. Eu não tenho hoje em dia muito orgulho do Tropicalismo. Foi sem dúvida um modo de arrombar a festa, mas arrombar a festa no Brasil é fácil. O Brasil é uma pequena sociedade colonial, muito mesquinha, muito fraca.

VELOSO, C. In: **HOLLANDA, H. B.; GONÇALVES, M. A.** *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1995 (adaptado).

O movimento tropicalista, consagrador de diversos músicos brasileiros, está relacionado historicamente:

- a) à expansão de novas tecnologias de informação, entre as quais, a Internet, o que facilitou imensamente a sua divulgação mundo afora.
- b) ao advento da indústria cultural em associação com um conjunto de reivindicações estéticas e políticas durante os anos 1960.
- c) à parceria com a Jovem Guarda, também considerada um movimento nacionalista e de crítica política ao regime militar brasileiro.
- d) ao crescimento do movimento estudantil nos anos 1970, do qual os tropicalistas foram aliados na crítica ao tradicionalismo dos costumes da sociedade brasileira.
- e) à identificação estética com a Bossa Nova, pois ambos os movimentos tinham raízes na incorporação de ritmos norte-americanos, como o blues.

5. Leia, com atenção, o depoimento do general Bandeira a respeito da participação dos militares na política brasileira: “No movimento de 1964, a ideologia política foi puramente a de preservar o regime democrático. Essa foi a grande mola que conduziu o movimento”.

(D'ARAÚJO, Maria Celina et al. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.)

Considerando a tendência interpretativa da História, na atualidade, é correto afirmar que:

- a) a real compreensão da situação política nacional fundamenta-se na objetividade do conhecimento histórico, isento de intencionalidade política.
- b) a interpretação do referido militar é inaceitável, pois no estudo da história torna-se imprescindível um maior distanciamento cronológico entre o depoente e a realidade estudada.
- c) a renovação metodológica, decorrente da valorização da história oral no Brasil, propiciou um novo entendimento a respeito da visão democrática dos militares.
- d) a marca da objetividade, nos estudos históricos, comprova a validade da opinião apresentada, evitando uma versão partidária da história.
- e) o testemunho apresentado, mesmo considerando a realidade política brasileira, vivida a partir de 1964, comprova a presença da subjetividade na interpretação histórica.

6.



Disponível em: <http://professoraclara.com/set/ditadubras.php>

A imagem é representativa da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) e permite caracterizá-la como um período marcado pela

- a) perseguição aos opositores do regime, que sofreram todo tipo de repressão, legitimados pela Doutrina de Segurança Nacional.
- b) estabilidade política marcada pela ausência de oposição e pela adesão imediata e apoio da maior parte dos brasileiros ao regime militar.
- c) ação de diferentes grupos de resistência ao regime militar, que conseguiram impor alguns limites à repressão no país, através da guerrilha.
- d) liberdade de expressão garantida pelo próprio regime, embora a constituição estabelecesse limites à imprensa através da censura prévia.
- e) manutenção dos principais direitos do cidadão, como o voto direto para os cargos do executivo, embora houvesse forte perseguição à oposição.

7. No início de 1969, a situação política se modifica. A repressão endurece e leva à retração do movimento de massas. As primeiras greves, de Osasco e Contagem, têm seus dirigentes perseguidos e são suspensas. O movimento estudantil refluí. A oposição liberal está amordaçada pela censura à imprensa e pela cassação de mandatos.

(Apolônio de Carvalho. Vale a pena sonhar. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 202.)

O testemunho, dado por um participante da resistência à ditadura militar brasileira, sintetiza o panorama político dos últimos anos da década de 1960, marcados

- a) pela adesão total dos grupos oposicionistas à luta armada e pela subordinação dos sindicatos e centrais operárias aos partidos de extrema esquerda.
 - b) pelo bipartidarismo implantado por meio do Ato Institucional nº 2, que eliminou toda forma de oposição institucional ao regime militar.
 - c) pela desmobilização do movimento estudantil, que foi bastante combativo nos anos imediatamente posteriores ao golpe de 64, mas depois passou a defender o regime.
 - d) pelo apoio da maioria das organizações da sociedade civil ao governo militar, empenhadas em combater a subversão e afastar, do Brasil, o perigo comunista.
 - e) pela decretação do Ato Institucional nº 5, que limitou drasticamente a liberdade de expressão e instituiu medidas que ampliaram a repressão aos opositores do regime.
8. Durante o regime militar (1964-1985), os governos decretaram vários atos institucionais, o que permitiu o aparecimento de um processo crescente de arbitrariedade, autoritarismo e desrespeito aos direitos humanos. Em relação a esse regime podemos afirmar que:
- a) os atos institucionais foram os instrumentos legais que o regime militar teve em mãos para garantir a ordem política democrática.
 - b) nesse período de regime militar, em que vigoraram os atos institucionais, o Congresso Nacional funcionou plenamente, e os atos de corrupção parlamentar foram punidos.
 - c) a opção por um regime militar simbolizou o caminho escolhido pelas elites políticas, aliadas a interesses internacionais, para enfrentarem a crise social, política e econômica, face à crescente organização de parcelas da sociedade civil que reivindicavam os direitos de cidadania.
 - d) os vinte e um anos de regime militar introduziram o Brasil na modernidade e garantiram que os militares, aliados a um Congresso Nacional que funcionou com plena liberdade no cerceamento à livre expressão, evitassem a adesão do país ao comunismo.
 - e) entre os atos institucionais publicados durante a vigência do regime militar, o AI-5 foi o símbolo maior das medidas autoritárias necessárias à passagem ao regime democrático, alcançado imediatamente após a sua publicação.

9. Sobre o período do regime militar no Brasil (1964-1985), identifique o que for correto.
- a) Os militares raramente aluaram em bloco na esfera política. Dividiram-se em diversas correntes, embora houvesse pontos de aproximação entre elas. Castelistas, nacionalistas, a linha-dura, o poder de cada um desses grupos variou ao longo do período.
 - b) O regime consistiu num simples instrumento da classe dominante, que foi beneficiária de todas as políticas governamentais, participando efetivamente da condução da esfera econômica.
 - c) Os militares deram destaque a uma burocracia técnica de Estado, em especial o setor ligado à política econômica.
 - d) Esse período conheceu três fases de institucionalização do Estado. Na primeira, abrangendo os governos Castello Branco e Costa e Silva, foram lançadas as bases do Estado de Segurança Nacional; na segunda, governo Médici, foram desenvolvidos o modelo econômico e o aparato repressivo; e na terceira, governos Geisel e Figueiredo, foram adotadas práticas políticas conhecidas como "dissensão".
 - e) O regime não teve características fascistas, pois não se realizaram esforços para organizar partido único acima do Estado e para organizar o apoio das massas.
10. O período militar brasileiro recente (de 1964 a 1985):
- a) destacou-se pelo forte crescimento econômico nacional, associado à aplicação de vários projetos voltados à diminuição das diferenças sociais e à superação das barreiras entre as classes.
 - b) ocorreu simultaneamente à presença de ditaduras militares em outros países latino-americanos, como a Argentina, o Chile e o Uruguai, o que caracteriza uma fase militarista na história latino-americana.
 - c) caracterizou-se pela preservação da democracia, a despeito da disposição autoritária de alguns grupos militares, que desejavam suprimir direitos políticos de membros da oposição.
 - d) iniciou-se com o golpe militar que depôs o presidente João Goulart e encerrou-se com as eleições presidenciais diretas e a convocação da Assembleia Constituinte ao final do governo Médici.
 - e) contou com forte presença militar e política dos Estados Unidos, que utilizaram o território brasileiro como base para a instalação de mísseis anti-cubanos, dentro do cenário da Guerra Fria.

Gabarito

1. **C**

Por meio do documento, percebe-se que os setores militares já se preocupavam com uma suposta ameaça comunista ao Brasil, em um contexto de Guerra Fria. Portanto, para manter um ideal de ordem e segurança nacional, alguns militares já planejavam a possibilidade de uma intervenção armada no governo para afastar Jango da presidência.

2. **D**

Através do AI-1, pôde-se encontrar respaldo legal para a perseguição aos opositores do golpe de 1964. Isso é explicitado pelo trecho ao se falar no direito de “suspender direitos políticos” e “cassar mandatos parlamentares”.

3. **D**

O AI-5, que entrou em vigor a partir de 1968, foi o mais violento dos Atos Institucionais, endurecendo a postura autoritária do governo e desrespeitando a Constituição ao perseguir opositores e restringir direitos.

4. **B**

Durante a década de 1960, o movimento tropicalista reivindicou uma série de questões políticas, baseada em uma estética de valorização da cultura nacional. Apesar de se expandir por diversos meios, o principal vetor do tropicalismo foi a música, que muito cresceu com o desenvolvimento da indústria cultural.

5. **E**

É impossível que um relato histórico seja completamente objetivo, por mais que se queira controlar a subjetividade da interpretação. Neste caso, o militar afirma que o golpe de 1964, que interrompeu a democracia, serviu para salvá-la, o que é contraditório. Lembremos que a ditadura durou 21 anos, período em que o Brasil viveu sem democracia. Portanto, seu relato, embora trate de um dado objetivo (o “movimento” de 1964), possui elementos subjetivos que o tornam de algum modo parcial. Negar isso seria conceder à sua interpretação o estatuto de verdade.

6. **A**

A Charge ironiza a repressão conta aqueles que se apunham ao Regime Ditatorial.

7. **E**

O AI-5 inaugura o período de mais intensa repressão da ditadura, conhecido como “anos de chumbo”.

8. **C**

O apoio de setores civis aos militares foi fundamental para que o golpe ocorresse bem como se consolidasse no poder.

9. D

A partir dessas três “fases” podemos melhor compreender o período de consolidação do regime, o período de auge da repressão pós AI-5, bem como o desenrolar da abertura política com a redemocratização.

10. B

No contexto de Guerra, era comum que esses regimes fossem apoiados pelos Estados Unidos, com o objetivo de afastar “ameaças” comunistas, sejam elas reais ou não.